



# transparência

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDSERJ

Filiado a FENAJUD

ARACAJU-SE, MAI / AGO - 1998 / N°13 ANO III

Rua Manim, 104  
Centro - Tel. 211-7857  
CEP: 49010-340  
Aracaju-SE  
Email: sindserj@etbeiro.com.br

## Projeto de gratificação é aprovado pela Assembléia

Após quatro meses de muitas discussões e expectativas, foi aprovado na última terça-feira, dia 15 de setembro, na Assembléia Legislativa, o projeto de Alteração de Gratificação do Judiciário. Com a aprovação, a gratificação que anteriormente era de R\$ 123,00, a partir do dia 01 de dezembro, passa a ser de R\$ 246,00. Embora este percentual não atenda de forma imediata as necessidades dos servidores, não deixa de ser um grande passo na busca de melhores condições salariais.

O valor e a data de pagamento foram consolidados através de um acordo feito entre o Governo do Estado e a cúpula do Tribunal de Justiça, sendo o Sindiserj - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, apenas comunicado da decisão e não consultado sobre a mesma. "Se o projeto tivesse sido votado nas ditas semanas em que foi adiado, teria sido aprovado no seu texto original. Pois, este sindicato já havia fechado com os deputados da oposição e com dois da situação; Eduardo Marques, PMDB e José Rivaldo, PSDB", argumenta Cláudio Siqueira, presidente do Sindiserj.

Durante a sessão do Plenário alguns deputados se manifestaram favoráveis à causa dos servidores e criticaram a falta de apoio do governo e do próprio TJ.

"A demora na apreciação e aprovação do projeto se deu em virtude da forma confusa e incompleta pela qual o Tribunal de Justiça enviou a essa casa", re-

clama o deputado Bosco Mendonça, PMDB.

Já a deputada Suzana Azevedo, PSB, criticou as emendas do projeto e ressaltou a ingerência do governo com relação ao servidor público. "Se o governo quisesse teria aprovado o projeto original, por que o mesmo dis-

ta, PT; embora a gratificação tenha sido uma conquista parcial, não deixou de ser um grande passo. "É uma vitória da raça e da luta dos servidores", salientou.

"Atribuo essa conquista aos servidores da Justiça. Mesmo sendo do partido do governo, voto contra o governo e a favor dos ser-

vidores", disse o presidente do Sindiserj.

Ao contrário dos deputados que favoreceram justamente os servidores, três deles merecem total repúdio dos servidores públicos: Ulices Andrade, PSDB, Bosco Costa, PPB e Joaldo Barbosa, PMN. Esses péssimos representantes dos interesses do povo e do funcionalismo público devem ser execrados nas urnas para que possamos sonhar com dias melhores. Eles atrapalharam e votaram contra nossos interesses. Não devem ser esquecidos.

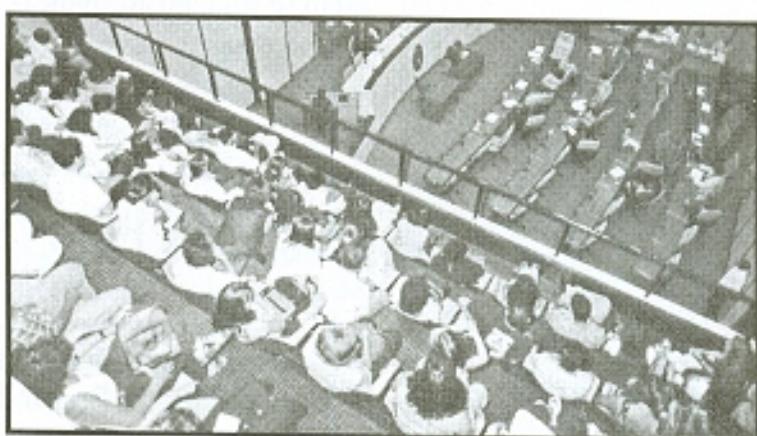


Foto: Marcos Lopes

A presença dos servidores nas votações

punha de recursos. Esse percentual não é o ideal, mas foi o que o Tribunal de Justiça acordou com o governo", afirma. A deputada também parabenizou a atuação que os servidores do Poder Judiciário adotou durante todo tempo Chagas, PSB, parabenizou os servidores pela pressão exercida no decorrer do processo. "Sem a pressão dos servidores, não teríamos chegado a nenhum lugar", elogia.

"Os servidores foram penalizados porque o projeto não foi aprovado no seu texto original", salienta Luciano Nascimento, PFL. Ele também comentou o fato do aumento não ter sido extensivo aos servidores do Executivo.

Para o deputado Ismael Sil-

vidores pelo texto original", argumentou José Rivaldo, PSDB.

A gratificação foi estendida e aprovada no mesmo perido, em sua íntegra, aos servidores da Assembléia Legislativa.

**DETERMINAÇÃO:** A diretoria do Sindiserj durante esses quatro meses acompanhou todo o processo que envolveu a aprovação do projeto. Ela mobilizou os servidores do interior para que os mesmos cobrassem dos deputados uma posição favorável à luta da categoria. "O sindicato não tem medido esforços na conquista de benefícios que possam contribuir para melhoria da qualidade de vida dos servidores", enfatiza Cláudio Siqueira. O sindicato reconheceu a atu-

### Sindicato consegue congelar valor da UNIMED

O SINDISERJ através das negociações realizadas com a diretoria da UNIMED, conseguiu manter sem reajuste o valor da mensalidade descontada pelos servidores conveniados. Segundo o presidente do sindicato, a diretoria da referida cooperativa almejava um aumento de 4% no valor da mensalidade. Graças à atuação da nossa entidade sindical, o valor descontado continuou sendo o mesmo do ano passado.

## EDITORIAL

**D**epois de um jejum de pelo menos quatro meses pela controvérsia para a aprovação do reajuste da gratificação judiciária, o nosso jornal volta com todo pique para informar nossos filiados e uni-los na luta por melhores condições de trabalho e defesa dos nossos direitos.

É inegável que para a aprovação do projeto de reajuste da gratificação, tivemos de mobilizar todos os servidores, daí porque parabenizamos todos os filiados da capital que compareceram à Assembléia para pressionar as votações e principalmente os servidores do interior, que atuaram junto aos seus deputados, para que viessem votar o projeto - aliás, como se isso não fosse obrigação deles!

Passada essa etapa, podemos visualizar com mais tranquilidade todo o processo por que passamos. Foi uma verdadeira guerra para se aprovar um aumento (ou melhor, uma atualização) de R\$123,00. É bom lembrar que quando o Governo se viu vencido, agiu com uma contraproposta de diminuir o valor da gratificação e adiar o pagamento para 1º de dezembro. O papel da cúpula do Tribunal de Justiça deveria ser mais energética.

O TJ deveria questionar as emendas impostas pela Assembléia Legislativa. Faltou mais sensibilidade da cúpula do TJ, que poderia impor condições mais favoráveis para o reajuste, antecipando a data para 1º de outubro, notando que não foi exigido retroativo desde quando da aprovação do projeto.

É inegável, sobretudo, a atuação do SINDISERJ para a aprovação da gratificação. O sindicato fez um verdadeiro PLANTÃO na AL, agiu junto aos deputados, aos servidores da capital e do interior, lembrando que se não fosse a atuação do mesmo, o projeto seria engavetado e esquecido. Mais um ponto de vitória para a nossa entidade sindical.

Como meta para a próxima campanha, está o projeto de mobilização em favor do pagamento das URV's, direito nosso e que deve ser honrado a qualquer custo, para que a justiça prevaleça. O SINDISERJ mais uma vez mobilizará todos os servidores em prol dessa campanha e precisará do apoio de toda a sua base. O filiado deve vestir a camisa dessa luta e não mostrar apatia ou pessimismo diante desse novo embate.

Nesta edição, uma ótima entrevista com o presidente da OAB/SE, Cézar Britto, a nova sede do sindicato, neoliberalismo e sindicalismo, entre outros temas. Boa leitura e otimismo, sempre.

## SINDISERJ em nova sede

Graças ao empenho da diretoria do Sindiserj, uma nova sede está à disposição dos filiados, localizada entre as ruas Maruim e Arauá, 104, no centro da cidade. A nova sede possui dois andares, com um ótimo espaço, bem arejada e confortável para o bom atendimento ao filiado.

Também foram adquiridos novos móveis como cadeiras, birôs, estantes e arquivos, que já estavam bastante gastos pelo tempo e pelas mudanças de sede. Esperamos a visita de todos os filiados, pois a nova casa é destinada a todos os que são a razão de ser da entidade.

## Cresce o número de filiados

Depois dos rumores de que o pagamento das URV's só seria pago aos filiados do SINDISERJ, representante legal no processo que visa recuperar as perdas quando da atualização do Real, são inúmeros os servidores que estão se filiando ao sindicato. Importante lembrar que o valor do sindicato é demonstrado nestes momen-

tos. O servidor precisa conscientizar que é ele a base do sindicato - não se faz uma entidade forte, sem o filiado. Este não pode aderir à entidade somente nos momentos oportunos, mas estar com ele nos piores embates, só assim se conquistará efetivamente valores reais de melhoria trabalhista e por fim, cidadania.

## Transparência

## Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

## Presidente

Cláudio Siqueira Carvalho

## Vice-Presidente

Jairo Cardoso de Albuquerque

## Secretário Geral

Maria de Fátima Guimarães

## Secretário de

Economia e Finanças

Gericíaria de Jesus Santos

## Secretário de

Formação Sindical

Josué Soares de Jesus

## Secretário de Cultura,

Esporte e Lazer

Remo Alcântara Santos

## Secretário de Mob.

Divulgação e Imprensa

José Ronaldson Sousa

## Suplentes

José Ribeiro dos Santos

Zeni Balista dos Santos

Antônio André Ferreira

Rosimeire Calazans dos Santos

## Conselheiro Fiscal

José Soares dos Santos Filho

José Martiliano dos Santos

José Patrocínio Moura

## Suplentes

Rosa Cristina Andrade Murad

José Lauro Oliveira Santos

## Direção:

Cláudio Siqueira Carvalho

José Ronaldson Sousa

Jornalista Responsável:

Cristiane Rezende - DRT/SE 657

Editoração Eletrônica:

Geraldo Costa (251-1314)

Impressão: Gráfica O Popular

Tiragem: 1500 exemplares

SINDISERJ - Rua Maruim, 104

Centro, Aracaju/SE

CEP 49010-040 Tel. 211-7857

E-mail: sindiserj@eribeiro.com.br

# “Quem combate de fato o projeto neoliberal é o sindicalismo”

O Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário de Goiás e da Federação Nacional dos Servidores da Justiça”, Ubaldo Barbosa fala sobre as relações entre sindicalismo do futuro, o Judiciário e a política econômica planetária. A seguir, trechos de entrevista exclusiva concedida à Revista do Sindijus

O movimento sindical tem que democratizar sua estrutura e ampliar suas bandeiras de luta, na forma de permitir que amplos setores da sociedade, que hoje estão excluídos desse processo, como os sem terra, os sem educação, os sem saúde, os sem teto, os sem futuro, para que nós consigamos juntar todos esses setores organizados para combater os sem vergonha.

A política neoliberal tenta ferir de morte o movimento sindical. Hoje, na sociedade civil quem tem se contraposto a esse projeto político é o movimento sindical. Não é a igreja Católica, não são as demais religiões, não são os setores do empresariado. Isso explica a ira e a sanha enlouquecida, dos neoliberais contra o movimento sindical.

Para que o projeto neoliberal consiga prevalecer no Brasil e em outros países tem que combater de morte o movimento sindical. Nesse sentido é importante que se aponte para a categoria novas formas de luta.

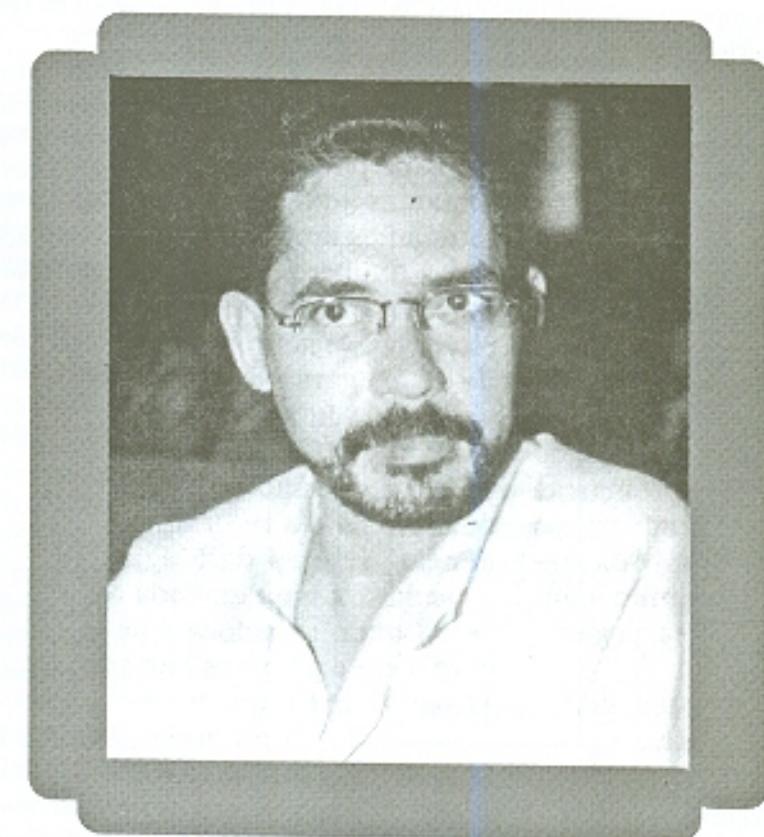
A democratização do Poder Judiciário é para que a sociedade possa ter acesso a esse serviço e, consequentemente nós possamos respirar um pouco de ar democrático dentro do Judiciário.

Na verdade não existe uma proposta de reforma do Judiciário. O Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça, desengavetou duas propostas que havia no Congresso. Uma do José Genúino, do PT de São Paulo, e outra do Hélio Bicudo, também

do PT de São Paulo.

Na época, foi nomeado um relator que era um deputado do PFL da Bahia ligado a Antônio Carlos Magalhães, que é um visceral inimigo do Poder Judiciário. Essa proposta começou a ter uma tramitação rápida, apoiada por setores do Governo. Só que encontrou várias resistências porque, na verdade, eles não querem reformar o Judiciário, eles querem controlar as decisões do Judiciário.

Nós defendemos a reforma no Judiciário, queremos um Judiciário autônomo, democrático e independente. Na nossa avaliação as mudanças no Poder Judiciário passam pela sua autonomia e independência. A autonomia política coloca poderes e dá condições para que os Poderes sejam harmônicos e independentes entre si. Hoje o Poder é muito mais harmônico do que inde-



**Ubaldo Barbosa**

são verdadeiros apêndices das prefeituras. Toda estrutura é da prefeitura. Até para cumprir um mandado, o Judiciário precisa da gasolina da prefeitura. Hoje, o que está na ordem do dia é a reforma administrativa e a reforma da previdência. Na reforma admi-

dia estará no olho da rua.

Porque a pane menos nobre do Judiciário somos nós. Quando nós vamos fazer um mandado de busca e apreensão de um carro, o proprietário pensa que fomos nós que tomamos aquela decisão.

Quando intimamos uma que vai ser presa também ela achará que fomos nós que tomamos aquela decisão. Neste sentido, a estabilidade é uma garantia não só dos servidores do Judiciário como para a continuidade do serviço público.

Outra questão que está na ordem do dia é a reforma da Previdência. Setores da Magistratura articularam uma emenda ao artigo 93 onde se coloca e se aplica para ela e para os ministros do Tribunal de Contas a reforma da previdência só no que couber. O restante dos setores do funcionalismo público fica fora da emenda.

*“Hoje o movimento sindical no Brasil passa por um certo refluxo. É necessário que o movimento discuta seu papel social e as perspectivas de atuação. Precisamos fazer um diagnóstico do paciente e ao mesmo tempo apontar o tipo de medicamento que ele precisa tomar”.*

pendente.

Na medida em que, todo mês, o presidente do Tribunal de Justiça tem que estar com um pires na mão para pedir dinheiro para pagar a folha de pagamento, não há autonomia. Isso sem falar na melhoria das condições de trabalho e na implantação e informatização de comarcas. Hoje no interior do Brasil existem comarcas que

nistrativa o que está em jogo é o fim do concurso público e o fim da estabilidade. A estabilidade é muito importante para o Judiciário. Imagine nós intimarmos o filho do prefeito de Campo Grande no balcão. Se um funcionário fizer isso no outro dia estará no olho da rua. Se intimarmos o Governador porque não está cumprindo a legislação eleitoral, e no outro

**Transparéncia** - Qual tem sido o papel da OAB neste momento de grandes manifestações nacionais por parte de entidades civis?

**Cézar Britto** - A OAB se compreende como integrante da sociedade civil. E como tal, tem buscado organizar vários movimentos de conscientização da sociedade. Recentemente estivemos juntamente com o Centro Acadêmico Sílvio Romero e com a Universidade Federal de Sergipe num evento para denunciar os ataques à Constituição Federal. Estamos com uma política mais clara de defesa dos direitos humanos, fizemos uma comissão específica, visando o combate ao preconceito, a defesa do consumidor, do meio ambiente, da terra e do patrimônio público. Temos várias instituições na OAB que tem a função clara de defender a sociedade e a cidadania.

**T** - Como o senhor avalia o Governo Fernando Henrique Cardoso, e seu projeto econômico denominado neoliberal?

**C.B.** - Com bastante preocupação. Primeiro, o governo tem sido executado mediante medida provisória. Está se substituindo o papel democrático do Legislativo pelo governar mediante medida de sanção que é a que nós chamamos medida provisória. Isso é grave para o princípio do regime democrático que nós estamos adotando. Segundo, o neoliberalismo traz consigo algumas questões como a flexibilização da economia e do direito do trabalho. Isso significa a possibilidade do trabalhador brasileiro ganhar menos do que já se ganha. No Brasil nós temos uma legislação do mínimo, é o salário mínimo, horas extras mínimas, férias mínimas. E se você permite que o mínimo possa ser negociado nós podemos elevar o Brasil a condição de trabalho semi-escravo como existe na Ásia. Terceiro, é o desemprego, que é grave em função da opção pelo capital e não pelo social. Precisamos corrigir os rumos, principalmente para evitar

o agravamento da questão social.

**T** - As privatizações no setor estratégico da economia nacional tem se pautado pela legalidade? A OAB tem acompanhado os processos, como da Petrobrás, Eletrobrás e agora as Telecomunicações?

**C.B.** - Tem. A OAB entrou com uma ação de constitucionalidade contra a privatização da Vale do Rio Doce, retardando o processo de privatização da empresa. Em Sergipe, ingressou com uma ação de constitucionalidade contra privatização da Energisa. A OAB assim age por que entende que a forma como, está se efetivando o processo de privatização tem causado prejuízo ao patrimônio público, quer seja no preço, quer seja pela não observação da questão estratégica de que cada estatal representa. A sociedade estatal precisaria de lei específica para uma discussão mais ampla sobre privatizações e isso não está ocorrendo no Brasil.

**T** - A OAB em Sergipe foi uma das coordenadoras da Campanha contra a fome dirigida por Betinho. Aquela campanha deu certo?

**C.B.** - A Campanha deu certo apenas no aspecto de que é preciso uma ação coletiva para se combater a fome. Enquanto não mudar a conscientização do povo de que o problema do cidadão é coletivo e nosso. Porém, o Brasil vive de questões episódicas com a morte de Betinho a campanha sofreu um recuo natural e consequência disso são os saques que nós estamos acompanhando. O saque pela necessidade de comida, pela necessidade de sobrevivência, isso porque essa preocupação coletiva de acabar com problema da fome ficou mais a nível da população do que a nível de governo. Faltou uma política de governo séria e de combate do que nós chamamos de aumento da miséria no população brasileira.

**T** - Agora estamos na onda dos saques. O senhor é contra ou favor deste tipo de manifestação?

**C.B.** - Sou contra a fome. A fome não pode ser defendida por quem quer que seja, não é sem razão que o ministro do Supremo Tribunal, Setúbal Pertence disse que os furtos em consequência do es-

Foto: Marcos Lopes



# "Estam sem r Isso é à co

O presidente da OAB, Cézar Britto é o entrevistado da edição. Casado com a advogada Ana Lucia Priá, Cézar Britto, é professor da UFSC, Federal e Conselheiro da OAB/SE. Durante a entrevista, o presidente da OAB fala ao Jornal da Cidade sobre a campanha contra a fome, a privatização da Energisa, a necessidade de uma reforma agrária e a importância da cidadania.

tado de necessidade da fome não é crime. Nesse sentido quem não comprehende o que é fome, será sempre contra o saque por sobrevivência.

**T** - O senhor acha que o Governo Federal está demorando para definir a questão agrária no país?

**C.B.** - Não tenho dúvida. Isso não é só uma questão do governo federal, estamos num momento em que se fala da reforma da constituição e ninguém discute por que a atual Constituição Federal é pior do que a anterior e até pior do que o próprio estatuto da terra no que se refere a questão da reforma agrária. A Constituição atual dificulta a reforma agrária, tendo como consequência, o grande estado de calamidade pública que vive o Brasil. Onde os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos e a concentração de terra cada vez maior.

**"No Brasil temos uma legislação do mínimo: é o salário mínimo, horas extras mínimas, férias mínimas."**

Entendo que a reforma agrária é urgente, necessária e precisa de coragem do governo. O governo quer reformar a constituição de forma até desesperada, por que não reformular sua parte ruim, que é aquela que impede uma justa distribuição de terra no país.

**T** - O que está faltando para

que o povo brasileiro conquistar definitivamente sua cidadania?

**C.B.** - Ter consciência de que é cidadão. Isto é um problema no Brasil. O brasileiro tem que ter consciência de que não tenha vivido quase 30 anos de ditadura não tenha comprado que o mundo mudou e que precisa lutar. Está faltando a conscientização do papel e da importância de ser cidadão.

**T** - E quanto aos trabalhadores do serviço público? As privatizações acompanhadas pelo governo PDV's estão reduzindo a categoria como o senhor vê essa situação?

**C.B.** - Se o Estado na corrente anual não é mais de funcional, mas apenas de garantir a mínima para que o capital esteja aqui, que não ingresse ou próprio capital nacional fortalecido se estiver a compreensão do Estado o que é que não pode ser tratado condignamente. Essa é a compreensão de

# Só há quatro anos um atentado à Constituição”

*A Ordem dos Advogados do Brasil, Sergipe, Cézar Transparência descreve que o natural de Procurador foi Conselheiro Seccional da OAB/SE. Ele destaca o que é preciso para a conquista da justiça. Falta muita consciência e importância de ser um fato sobre o público, reforma agrária.*

no. Em função disso, os servidores são tratados de forma a desestimular a permanecer no serviço público, são taxados de marajás e de outros termos pejorativos. Aí é desestimular o serviço público para que o público não acrede no próprio serviço prestado pelo Estado. É um ciclo vicioso. O servidor tem que lutar para que se enheça a sua função e de que lado tem uma função social. O lado tem um compromisso com a sociedade e o servidor que presta esse compromisso tem que também estar um serviço de qualidade acreditar e afilar e resistir que as palavras de ordem. O PDV é a forma de demonstrar que ninguém quer ficar no Estado. O PDV para estimular a sair não é para impedir a ficar.

**T - Apesar dos grandes avanços tecnológicos e do grande número de profissionais que são lan-**

çados todos os anos no mercado, a sociedade reclama da morosidade da justiça. Na sua opinião o que está faltando para que muitos processos saiam das gavetas?

**C.B. -** Não é só na justiça. O Estado não tem interesse na solução dos problemas coletivos da sociedade. Por exemplo, falta servidores no Judiciário. O Judiciário carece de mais funcionários para tocar mais rapidamente os processos. Enquanto alguns setores do Estado tem um inchaço de servidores. Quantos servidores existem na Delegacia do Trabalho, e na Polícia Florestal e no Instituto de Fiscalização? Então, os órgãos de defesa da cidadania como também os órgãos de fiscalização e principalmente aquele que julga no final, que é o Judiciário, não têm funcionários suficientes. É como se quisessem que o cidadão não lutasse pelos seus direitos e que não tivessem seus direitos fiscalizados pelo Estado. Então, nesse sentido acho que não há uma preocupação com a celeridade dos processos e nem a com a fiscalização para que se evite o próprio processo. Isso já é uma questão de consciência política deliberada.

**T - Na sua opinião os sindicatos estão enfraquecidos?**

**C.B. -** Claro que os sindicatos estão enfraquecidos. O sindicato no Brasil ainda carrega o preconceito ideológico que separou o mundo entre capital e trabalho. O sindicato sempre foi visto pelo capitalismo como um agente do comunismo. Como um agente inimigo. Então, como era um inimigo, sempre foi tratado como inimigo. A legislação brasileira carrega esse

preconceito contra o movimento sindical. E tudo faz para condená-lo a um papel insignificante na sociedade. O sindicato hoje com a idéia de que a história acabou, significa que o movimento acabou. Essa é a política que se não for revertida, vai conduzir ao fim do movimento sindical. Digo que há uma esperança no movimento sindical. A esperança é que se lute também pela globalização. Mas se os sindicatos ficarem voltados apenas para suas brigas internas, para seus próprios umbigos, aí eles vão ficar cada vez mais enfraquecidos e um dia certamente desaparecerão.

**T - O senhor é a favor ou contra a súmula vinculante?**

**C.B. -** A OAB é contra. Porque a súmula vinculante engessa o Judiciário. O Judiciário se torna mais ágil pelas disposições dos juízes de primeira instância, que são os juízes concursados, são os juízes que estão mais próximos dos cidadãos. Eles tendem a fazer com que ares novos cheguem ao Judiciário. Diferente do Supremo Tribunal Federal, que são juízes já em final de carreira e nomeados por critérios políticos. Então, a OAB entende que a legislação atual oxigena o próprio Judiciário trazendo discussões novas. A súmula vinculante impede que o Judiciário se fortaleça, cresça num ritmo mais próximo do crescimento da sociedade.

**T - Qual a atual situação do Judiciário, nesta nova conjuntura?**

**C.B. -** A OAB apresentou um projeto de reforma do Judiciário. Ela pretende que o Judiciário seja cada vez mais técnico. Em síntese, combate a súmula vinculante, pede o fim dos juízes classistas e busca dar mais autonomia aos juízes, tirar muito do conteúdo político que se tem no Judiciário. A OAB sempre compreendeu o Judiciário como um dos poderes mais sérios do Estado. Mas precisa de flexibilização maior e de uma transparência maior. Por isso é favorável também ao controle

externo do Poder Judiciário, que chamamos controle administrativo, para que a sociedade também possa participar dos destinos deste Poder. A população participa do Legislativo com o voto, do Executivo com o voto. Mas não participa do Judiciário. E a proposta do controle administrativo é a possibilidade da população opinar sobre este importante Poder, que também é composto pelo servidor público remunerado pelo cidadão.

**T - Qual a sua opinião sobre lei de legalização do aborto?**

**C.B. -** Não sou favorável que se aborte. Mas também, não sou favorável a colocar na cadeia quem se vê obrigado a abortar. Essa é a distinção que a sociedade deveria fazer. Se o aborto não é defensável, é também defensável punir aquela pessoa que se viu constrangida, que se viu obrigada a abortar com a cadeia? Ainda mais quando o nosso sistema penitenciário está longe de educar, ao contrário, incentiva o crime. Nesse sentido sempre defendi a criminalização do aborto. Acho que o aborto deveria, como no direito português, ser seguido de uma boa orientação médica e psicológica para aquela mulher que precise ou necessite fazê-lo.

**T - Qual a sua avaliação sobre o Governo Albano Franco?**

**C.B. -** A avaliação que se pode fazer é uma avaliação crítica. Albano Franco teve a virtude no início de implantar, por exemplo, a idéia da polícia cidadã. Mas idéia da polícia cidadã hoje tem sido comprometida. Hoje está se falando em policial encapuzado, está se falando em presos sem direito à comunicação com a família e nem com os próprios advogados. E isso significa um recuo de estratégia. No sentido dos servidores públicos, não são em relação ao presidente Fernando Henrique, como também a Albano Franco, o erro é de não se reajustar salários. A inflação existe, mas estamos a quatro anos sem reajuste salarial. Isso é um atentado que se faz a própria constituição, que “prevê a negociação coletiva e prevê reajuste que se combata a inflação”.

“O Judiciário carece de funcionários para tocar mais rapidamente os processos.”

# RELAÇÃO DOS NOVOS CONVÊNIOS - SINDISERJ

- 01 - Farmácia SOUZA LTDA.**  
Rua Laranjeiras, 209 - Centro  
Tels. 222-7265 / 222-4964  
Rua João Pessoa, 293  
Centro Tel. 211-4597  
Rua Capela, 232 Centro  
Tel. 211-19619  
Av. Hermes Fontes, 1025 - Centro  
Resp: Bonifácio Tel. 231-2180
- 02 - Farmácia Farma & Ervas**  
Rua Itabaiana, 222 - Centro  
Tel. 211-2016
- 03 - Mendonça Comercial de Alimentos Ltda.**  
Av. Charc. Osvaldo Aranha, 1240  
Tel 241-III Fax. 241-1811
- 04 - Restaurante Sabor Caseiro**  
Rua Itabaiana, 08 - Centro  
Tel. 211-6155
- 05 - Restaurante Rancho Gaúcho**  
Praça Olímpio Campos, 629  
Centro - Tel. 222-0903
- 06 - Restaurante Califórnia**  
Rua Santo Amaro, 321  
Tel. 211-6887
- 07 - Supermercado COMGEAL**

- (antigo Nutri Charque)  
Av. 7 de Setembro, 490  
Centro - Tel. 211-9516
- 08 - Cantinho do CD'S**  
Rua Santo Amaro, 145 Centro
- 09 - Salão de Beleza Black Boy**  
Rua Mariano Salmeron, 296,  
B. Siqueira Campos
- 10 - Restaurante TEMPERO BAIANO ME.**  
Rua Santa Luzia, 59  
Centro - Tel. 222-6366
- 11 - Açougue e Mercearia São Luiz**  
Rua Prof. José F. de Andrade,  
3170 Tel. 255-2694  
Coroa do Meio
- 12 - Camilla Modas**  
Rua Genu, 206/207  
Centro - Tel. 222-6587
- 13 - ODONTO SERV LTDA.**  
Rua de Itabaiana, 94 Centro  
Tel. 211-2145 / 224-6610
- 14 - UNIMED**  
Av. Ivo do Prado, 540 B. São José  
Tel. 211-8757

**15 - Ótica Pontual**  
Rua São Cristóvão, 276  
Centro - Tel. 224-7740

- 16 - Centro Estético Encontro de Beleza**  
Av. Ivo do Prado, 108  
Centro - Tel. 211-7415
- 17. E.T. Bringuedos**  
Rua Delmiro Gouveia s/n,  
Shopping Riomer, L-102  
2º Piso Tel. 222-7766
- 18 - Stop Buy**  
Rua Delmiro Gouveia s/n,  
Shopping Riomer,  
L-204 2º Piso  
Tel. 222-4564

- 19 - Posto de Lavagem JAPIGUASSU**  
Rua Poeta José Sales Campos, 976  
Coroa do Meio  
Tel. 255-1724
- 20 - Posto São Carlos**  
Av. Rio Branco s/n Tel. 221-1116

- 21 - Educar Livraria e Papelaria**  
Rua Genu, 214 - Centro  
Tel. 213-1121

- 22 - Claudiomara Santos Silva**  
Ramos (J & C Conveniências Livraria)  
Rua Marechal Deodoro N° 110-B  
Centro (ao lado da Ponte) em  
São Cristóvão - SE Tel. 261-1242  
(Falar com Cláudia)

- 23 - Neilma & sua Equipe**  
(Salão de Beleza)  
Rua 7 de Setembro, 06  
Centro - Tel. 211-1947

- 24 - Amorim Filhos**  
(Supermercado)  
Av. Otoniel Dória, 470 - Centro  
Tel. 222-2280 / Fax, 211-2665

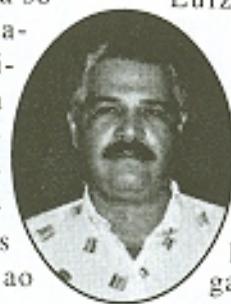
- 25 - M.M. Jóias**  
Rua Itabaianinha, 262  
Centro - Tel. 211-0948  
Rua Genu, 236  
Centro - Tel. 211-3253  
Rua 24 Horas

- 26 - Ki Sorvete**  
Rua João Pessoa, 213 - Centro  
Tel. 222-5414 (Refeições)  
Rua João Pessoa nº 71 Sala-08  
Térreo Centro Tel. 222-5418

- 27 - Restaurante Executive Glutton**  
Praça Olímpio Campos

## Câmara envia votos de congratulações a filiado

Através de uma solicitação do vereador João Carlos Pimentel, a Câmara Municipal de Aracaju aprovou requerimento reconhecendo os bons serviços prestados ao Judiciário sergipano pelo nosso filiado Jorge



Luiz da Lapa (foto). Jorge, guarda de segurança do tribunal, sempre atende com presteza, educação e eficiência ao público. É respeitado pelos colegas e superiores. É um verdadeiro exemplo de profissional e ser humano.

## O ANALFABETO POLÍTICO

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o

peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais

(Bertold Brecht)

## SINDISERJ é reconhecido como utilidade pública

LEI N° 3.771 de 28 de Agosto de 1998

Reconhece de utilidade pública o SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, com sede e foro na Cidade de Aracaju - SE

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,  
Faço saber que a Assembléa Legislativa do Estado aprovou  
e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecido de utilidade pública o SINDICATO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, com sede e foro na cidade de Aracaju - SE.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 28 de agosto de 1996; 175º da Independência e da 8ª República

ALBANO FRANCO  
GOVERNADOR DO ESTADO

LUCIANO AUGUSTO BARRETO CARVALHO  
Secretário-Chefe da Casa Civil, em exercício

# “Essa justicinha, dama de má vida ...”

**“É agradável ser condenado pela Justiça que absolve criminosos de colarinho branco”**

Exma. Sra. Juíza de Direito  
Márcia Tessitore:

Eu não tinha a intenção de apresentar qualquer defesa no processo de abandono de cargo no qual sou réu. Porém, a atitude de meu advogado, dando-se ao trabalho de me procurar a fim de que eu lhe apresentasse meus motivos, de forma que ele pudesse preparar minha defesa, me convenceu, e me fez voltar atrás.

Diante de atitudes como esta, de meu advogado, chego a crer que talvez ainda existam pessoas idealistas no círculo do Poder Judiciário.

O fato, Excelência, é que há três anos não trabalhar. A Psiquiatria tem um diagnóstico para isso, tal como já foi anteriormente apresentado em laudo solicitado por V. Ex.º em outro processo de abandono de cargo. Tentei manter-me afastado para tratamento médico. Porém, um médico do Departamento de Psiquiatria, que nunca me viu, nem examinou, julgou que me bastavam dois- e não três meses de afastamento.

Se ainda não fui até o fórum para pedir minha exonerarão, é porque considero seriamente a possibilidade de estarem os psiquiatras certos a meu respeito.

Por outro lado, também não comparecerei para os atos deste processo, pois não reconheço a autoridade do Poder Judiciário brasileiro para julgar qualquer de meus atos.

Independentemente do que pensam os médicos, eu não consigo mais cumprir mandados. Não consigo mais, porque não creio mais em absolutamente nada do que o Poder Judiciário se diz representar. Não posso

mais continuar a ser cúmplice nesse espetáculo cruel de distribuir “justiça” apenas a pretos e pobres, enquanto criminosos de colarinho branco permanecem intocados.

Sou oficial de justiça desde 1991. Nesse meio tempo, fiz coisas nada elogiáveis. Corrompi-me e assisti outros se corromperem. Vi juízes prevaricarem ou abusarem de seu “Poder”. Menti e participei de mentiras de outros. Vi advogados venderem seus clientes às escâncaras. Mas nada disso, doutora, ou antes, tudo isto não é nada se comparado ao cumprimento de um só mandado. Nenhum desses meus erros se compara ao fato de haver posto na rua uma família inteira na antevéspera de Natal. Tudo dentro da Lei, é claro. Nada disso se compara, doutora, a colocar uma família para fora de um apartamento, que eles haviam invadido no CDHU, sabendo que eles não tinham para onde ir e sabendo que os “donos” aos quais a justiça dera ganho de causa, possuem mais imóveis, têm carros e bons salários.

Alguém já disse: “O que é roubo de um banco, comparado a fundação de um banco?” Parafraseando digo: O que é um mandado, comparado a expedição de um mandato?

Não. Não vou continuar sendo cúmplice desses crimes. Creia-me doutora: algum dia este país vai mudar e tudo o quanto foi feito por esta justiça, será execrado, julgado e devidamente.

Mas no momento, o que temos é apenas uma parte do instrumento de dominação de

uma elite podre sobre a maioria miserável e indefesa.

Nossa política não serve ao povo. Nossa Justiça não serve ao povo. Nosso Congresso não serve ao povo. Não reconheço, nesse serralho denominado justiça, a autoridade, a isenção e, sobretudo, os atributos morais necessários para julgar quem quer que seja.

Se não, que me responda: que atributos para julgar possui esta justiça, desconhecida que é 70% da população do país a que diz pertencer?

Que espécie de justiça é esta, que me julga por abandonar meu cargo, se ela própria jamais assumiu suas funções?

O que dá a esta justiça o poder de julgar, se ela não atende ao povo, em nome de quem se exerce, pretendendo, toco o poder?

Que ascendência moral pretende ter sobre mim este círculo, eu, que ao menos tenho a decência de ser réu confessado de meus erros?

Quem são vocês, senhores e senhoras de nego hábito? Onde, exatamente, reside a vossa moral para punir seus sujeitos, se para vocês, a maior punição é a disponibilidade remunerada?

Que é o Tribunal de Júri senão um coliseu moderno, onde os pretos são jogados aos leões? Asseguro-lhe que não há coisa mais hipócrita que dizer que ali a sociedade julga a sociedade. Ali, a classe média, amparada nos ideais da elite, julga os miseráveis.

Como se pode dizer que a sociedade esteja representada ali, naqueles bancos? Somente sendo totalmente imbecil ou

sendo muito mal intencionado. O grupo de marionetes formado, geralmente representa 30%, quando muito, da sociedade.

E é esta justiça que vem me processar?

Tenho, doutora Márcia, a mais profunda aversão por tudo o que vi e do que esta justiça representa. Aversão não, trata-se de nojo mesmo. Esta Justicinha cega, surda, muda e entrevada. Feita por juízes tão arrogantes, que não consideram que a roupa de um trabalhador seja digna do ambiente do fórum. Proibem-lhe a entrada no fórum em trajes que são os do dia a dia da esmagadora maioria da população e o fazem com a arrogância de quem tem o direito de decidir o que é moral ou imoral.

Mas é claro, o direito foi além. Ele definiu a própria moral. Palmas! É o Admirável mundo novo, não! É o Admirável terceiro mundo novo.

Essa justicinha de mentirinha, essa coisa cruel, eu a considero uma dama de má vida, que flerta com pobres por diversão, mas deita-se com os ricos por profissão.

Talvez os médicos estejam certos.

Saiba, doutora, que se eu for condenado nesse processo e creio que o serei - terei orgulho disso. Para mim é agradável ser condenado pela justiça que absolve criminosos de colarinho branco. Seria como - guardadas as devidas proporções - ser fuzilado por nazistas.

Juizes são criaturas estranhas. Estudam a fundo a lei.



## O ÚLTIMO IMPERADOR

Pequim 1908 - um menino de três anos torna-se o Imperador da China. Seu nome é Pu Yi.

Apenas três anos depois, a China passa a ser uma República. A dinastia Qing é forçada a abdicar e mais de três mil anos de domínio imperial chegam ao fim. A única pessoa que parece não compreender é o imperador de três anos de idade. Ganhador de nove prêmios da Academia, incluindo melhor filme, a história do último imperador da China é um conto de intriga, traição, guerra e desastre nacional. É também a história pessoal de um dos mais extraordinários anti-heróis dos tempos modernos.

## A LIBERDADE É AZUL

Ganhador do Leão de Ouro e do Prêmio de Melhor Interpretação para Juliette Binoche (Oscar de Melhor Atriz em 1997, pela atuação em *O Paciente Inglês*) no Festival de Veneza, é a primeira obra da trilogia dirigida pelo cineasta polonês Krzysztof Kieslowski sobre as cores da bandeira francesa - os outros filmes foram *A Igualdade É Branca* e *A Fraternidade É Vermelha*. Com belíssima trilha sonora composta por Zbigniew Preisner, o filme conta a história de Julie, uma mulher que perde o marido, Patrice, e a filha em um acidente de automóvel. Muito abalada, decide retomar a obra do marido: terminar um concerto sinfônico pela unificação da Europa. "A liberdade é Azul é um filme deslumbrante. Juliette Binoche re-



vela-se uma atriz tão intensa que não precisa de muitos elementos para dar o máximo de expressão às cenas em que aparece. Há uma entrega total entre atriz e personagem" (O Estado de S. Paulo, 24/10/1993)

## KOLYA, UMA LIÇÃO DE AMOR



Premiado com o Oscar e o Globo de Ouro de Melhor Filme Estrangeiro, o longa-metragem do diretor tcheco Jan Sverak, conta uma singela e envolvente história de amizade. Um velho e rabisgado violoncelista interpreta-

do por Zdenek Sverák, é demitido da orquestra sinfônica e passa a tocar em funerais. Sua sorte muda quando ele se casa com a prima de um coveiro, apenas para ajudá-la a conseguir a cidadania, e recebe por isso grande quantidade de dinheiro. Logo depois a mulher foge e acaba sobrando para ele a incumbência de cuidar do filho dela: uma criança carinhosa e cheia de vida (Andrej Chalimon).

## A FRATERNIDADE É VERMELHA

Valentine (Irène Jacob) está dirigindo seu carro de volta para casa, quando atropela algo em seu caminho. Ao descer do veículo, encontra uma cachorrinha ferida, com o endereço de seu dono na coleira. É assim que ela fica conhecendo a pessoa que iria alterar o curso da sua vida: um juiz aposentado, que termina seus dias espiando conversas telefônicas de seus vizinhos. Por trás deste estranho comportamento, está o enigma de um homem cujo motivo vital é tomar posse da intimidade daquelas pessoas e acompanhar passo a passo o desenrolar de seus destinos...



## O PIANO

1870. Ada (Holly Hunter), muda desde os seis anos, e a filha Rara (Anna Paquin) partem para a Nova Zelândia, levando um piano. Lá são recebidas por Alisdair Stewart (Sam Neill), futuro marido de Ada, que não vê utilidade no instrumento e o vende a um vizinho, George Baines (Harvey Keitel). Na verdade, Baines compra o piano para se aproximar de Ada, que começa a frequentar sua casa, a pretexto de dar-lhe aulas. Nasce uma paixão proibida. Ada se entrega a Baines, recupera o piano e perde o pouco respeito que tinha pelo marido. O desenlace será violento.

## O PIANO

HOLLY HUNTER - HARVEY KEITEL  
SAM NEILL - ANNA PAQUIN

TÉCNICOS  
OSCAR '93  
Melhor Arte  
Melhor Direção  
Melhor Roteiro Original

CANÇÕES  
Piano de Casas

CENÁRIO  
Melhor Filme Estrangeiro

GLOBO DE OURO  
Melhor Ator

Direção de JANE CAMPION

## TOMATES VERDES FRITOS

Um dos filmes mais marcantes da década pela beleza da história e riqueza de seus personagens. Os brilhantes desempenhos de Jessica Tandy (indicada para o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante) e Kathy Bates encantaram platéias do mundo inteiro. Inspirado em livro de Fannie Flagg (que também assina o roteiro), o filme tem como fio condutor as visitas que Evelyn (Kathy Bates),

uma frustrada dona de casa, faz à tia do marido em um asilo. Lá conhece Ninny (Jessica Tandy), que a cada visita lhe conta um pouco da história de duas mulheres ligadas por uma forte e comovente amizade: Idgie (Mary Stuart Masterson) e Ruth (Mary Louise Parker). "Um fenômeno do cinema que reúne um time de atrizes de primeira." (Folha de S-Paulo, 12/04/96)

